



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

FONTES, MÉTODOS E QUESTÕES PELO ACERVO DOCUMENTAL DO ENGENHEIRO JOSÉ DE OLIVEIRA REIS: UMA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO URBANISMO NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS – CASO DO RIO DE JANEIRO (1933-1966)

Rodrigo Santos de Faria (PPGFAU-UnB) - rodrigof@unb.br / rs-dfaria@uol.com.br

Arquiteto-Urbanista, Doutor em História IFCH-Unicamp, Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB)

Fontes, Métodos e Questões Pelo Acervo Documental do Engenheiro José de Oliveira Reis: Uma Trajetória Profissional na Institucionalização do Urbanismo Nas Administrações Municipais Brasileiras – Caso do Rio de Janeiro (1933-1966)

RESUMO

Artigo sobre um processo interpretativo construído pela pergunta “o que é o Urbanismo no Brasil na interlocução profissional do engenheiro José de Oliveira Reis” - na construção da institucionalização do urbanismo na administração municipal do Rio de Janeiro entre 1933-66. Estudo de uma Trajetória profissional organizada mediante articulação entre séries documental-temáticas instituídas a posteriori ao percurso pelos documentos: arquivo pessoal do engenheiro depositado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Percurso marcado por uma especificidade: recusa de chaves explicativas que antecedessem o movimento pelos documentos. Não adentramos os documentos com estruturas, procedimentos e filiações pré-determinadas de interpretação. Esta recusa se justificou pelos riscos do engessamento dos vestígios documentais, o que impossibilitaria a (des)construção da narrativa interessada que este arquivo poderia produzir. Qualquer chave explicativa a priori tornar-se-ia insensível aos mínimos aspectos que o ato consciente de organização do seu próprio arquivo permite produzir. Poderia dificultar movimentos necessários à compreensão da lógica documental existente, dos vestígios da trajetória do engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis.

O Problema, O Acervo e os Procedimentos no Estudo de uma Trajetória Profissional

O que é o Urbanismo no Brasil na interlocução do engenheiro José de Oliveira Reis? Pergunta que revela *um* saber e *um* profissional, *uma* resposta, a que foi delineada na pesquisa realizada¹, foi estruturada e desenvolvida mediante compreensão de um processo que é relacional e não determinista: a interlocução profissional do engenheiro José de Oliveira Reis na construção da institucionalização do urbanismo nas administrações municipais brasileiras, especificamente do município do Rio de Janeiro entre 1933 e 1966. No seu caso, uma interlocução que ocorreu do lado de dentro da administração pública, no trânsito empreendido entre leis, decretos, reformas da máquina administrativa e criação de órgãos para atuar nas questões urbanísticas. Uma interlocução realizada como funcionário público municipal do Município do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Consubstancia a particularidade deste processo analisado, a interlocução empreendida no lugar profissional da engenharia, que é o lugar de formação acadêmica de José de Oliveira Reis. Assim como, quão fundamental este lugar profissional foi para a construção dos lugares institucionais de prática do urbanismo no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX. Uma construção iniciada nos Departamentos ou Diretorias de Obras Públicas e Viação, passando pelas Comissões de Planos das Cidades até culminar nos Departamentos de Urbanismo das municipalidades.

Esta mesma particularidade, a do lugar de formação profissional-acadêmica de José de Oliveira Reis, orientou a necessária compreensão da sua formação como urbanista no próprio processo de formação do urbanismo no Brasil. O urbanista José de Oliveira Reis se instituiu na construção da institucionalização do urbanismo nas administrações municipais brasileiras. José de Oliveira Reis, engenheiro-urbanista, é uma importante representação do processo de construção do urbanismo pelas interlocuções entre os profissionais provenientes da formação em engenharia.

Porém, é importante salientar que a delimitação e problematização do contexto espacial-profissional da engenharia e do urbanismo no Rio de Janeiro, portanto, do processo de construção, legitimação e institucionalização deste saber, não passou pela narrativa histórica de uma cidade. É um trabalho de história da construção do pensamento urbanístico no Brasil, mediante análise do percurso profissional de um engenheiro que se constrói representante deste saber erudito. O Rio de Janeiro foi, nesse sentido, o contexto espacial-profissional privilegiado de construção da trajetória profissional do engenheiro José de Oliveira Reis como funcionário público.

Como engenheiro da Prefeitura do Rio de Janeiro a partir de 1933 e até 1966, quando se aposentou na categoria de engenheiro do Estado da Guanabara, sua atuação no setor de urbanismo foi centrada nas discussões e realizações para os problemas urbanos, particularmente o problema da circulação nas cidades. E mais ainda, uma atuação fundamental – processada naquela referida interlocução com outros profissionais - para a implementação dos lugares institucionais responsáveis por este setor na cidade do Rio de Janeiro: Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro e Departamentos de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal.

Por fim, e para empreender uma explanação sobre a construção do próprio processo de pesquisa, é importante (re)afirmar que a pesquisa realizada não é sobre a história da cidade do Rio de Janeiro. Condição que implicou na compreensão e trato particularizado do próprio escopo documental. Por não ser um trabalho sobre o Rio de Janeiro, definiu-se a exclusão de uma parte, entre outras possíveis, do conjunto documental que certamente levaria a pesquisa para o caminho da história da cidade: os jornais impressos.

Uma exclusão inerente ao próprio processo de estruturação da pesquisa, que muito provavelmente excluiu algum tipo de reflexão sobre o Rio de Janeiro que o engenheiro José de Oliveira Reis porventura tenha realizado na imprensa. Fundamentalmente um pressuposto do processo de construção histórica, da escrita da história, que seleciona e recorta conforme a matriz da problemática em historicização, ou seja, da construção do objeto, no caso, a trajetória profissional de um engenheiro e sua interlocução na construção do pensamento urbanístico no Brasil.

E foi este recorte que permitiu iniciar a estruturação da pesquisa mediante articulação entre séries documental-temáticas instituídas *a posteriori* ao percurso pelo principal conjunto de documentos: arquivo pessoal do engenheiro José de Oliveira Reis que integra os fundos documentais do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Percurso marcado por uma especificidade: recusou-se qualquer chave explicativa que antecederesse o movimento pelo escopo documental, que foi todo organizado pelo próprio José de Oliveira Reis – pois doado em vida por ele; o que implica aceitar as exclusões realizadas pelo próprio engenheiro antes da doação. Não adentramos os documentos do engenheiro com estruturas, conjunturas, concepções, procedimentos e filiações pré-determinadas de interpretação.

Esta recusa se justificou pelos riscos do engessamento dos vestígios documentais organizados por José de Oliveira Reis, o que impossibilitaria, muito provavelmente, a (des)construção da narrativa interessada que este arquivo pode produzir. Foi preciso discernimento para compreender e questionar os prováveis interesses da pessoa José de Oliveira Reis ao selecionar, incluir e excluir vestígios sobre as atividades do engenheiro José de Oliveira Reis - pessoa e profissional são distintos?

Portanto, qualquer chave explicativa *a priori* tornar-se-ia insensível aos mínimos movimentos que o ato consciente de organização do seu próprio arquivo permite produzir. Da mesma forma, poderia dificultar movimentos necessários à compreensão da lógica documental existente, ou seja, dos vestígios da trajetória profissional do engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis.

Foram esses movimentos que geraram as respostas para a definição do contexto da sua trajetória profissional, após questioná-lo, perguntá-lo sobre qual seria este contexto, ou ainda, em qual contexto *ele permitiria* realizar a escrita desta trajetória. Esta pergunta, este questionamento são, portanto, não só oportunos, mas peremptoriamente prazerosos, pois, fundamenta o que Vavy Pacheco Borges chama de “encanto radical” entre o historiador e o seu indivíduo-objeto (BORGES, 2004). E por um motivo substancial: a resposta quem deve encontrar é o historiador, num movimento aparentemente estranho, pois, o historiador deve fazer a pergunta, mas deve também encontrar a resposta.

Entretanto, como é possível o indivíduo-objeto oferecer uma resposta, e mais ainda, onde pode estar a pergunta e ao mesmo tempo a resposta? Eu diria, *Pelo* e *No* documento que conforma o seu arquivo. O indivíduo-objeto responde *Pelo* documento e a pergunta e resposta estão *No* documento, desfazendo assim o aparente estranhamento. Mas um cuidado é também oportuno no diálogo com as fontes documentais, pois, elas podem promover uma falsa ilusão de veracidade para as respostas advindas das perguntas que fizemos e, mais ainda, para respostas totalizadoras. Como seus produtores, o indivíduo-objeto, elas precisam ser iluminadas em seus paradoxos, descontinuidades, lacunas e ambivalências, minimizando assim os riscos de não conhecer a parte imersa do “iceberg” (VEYNE, 1983; VEYNE, 1989).

Direcionando o ponto de fuga da perspectiva da análise até aqui para focalizar o indivíduo-objeto, devemos esclarecer que foi necessário não só dialogar com os documentos e deles empreender perguntas e respostas. Foi preciso realizar uma operação arriscada que instituiu, delimitou e, mais ainda, evidenciou que em poder desse indivíduo-objeto existiam sim documentos.

Foi preciso operar uma transposição, uma mudança de lugar, ou mais precisamente ainda, uma mudança de categoria, transportando-o do campo da bibliografia para o campo do documento. Uma operação aparentemente simples, mas que conceitualmente implicou na possibilidade de perguntar ao meu indivíduo-objeto sobre o contexto em que pretendia a escrita da sua trajetória profissional. A articulação entre este contexto e o escopo documental foi fundamental para empreender uma interpretação da trajetória profissional de José de Oliveira Reis “por dentro” da estrutura administrativa municipal. Uma interpretação pelos processos administrativos de construção do setor de urbanismo no Brasil, assim como dos instrumentos, decretos, leis que estiveram associados a essa construção.

E quais são esses documentos? Inicialmente convém explicitar que arquivo apresenta uma particularidade na sua organização, como que se processando séries arquivísticas no ato da sua conformação institucional. Séries que em si podem produzir objetos de pesquisa, ou seja, em suas unidades de conjunto oferecem vestígios para outras narrativas. Identificamos um conjunto de séries que podem ser organizadas a partir do escopo documental hoje pertencente ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e está organizada em três categorias distintas: manuscritos, biblioteca e iconográficos.

A primeira e principal série denota claramente como foi conscientemente pensada pelo eixo temático da administração pública, no caso, a prefeitura do Rio de Janeiro, lugar em que atuou como funcionário público: documentos institucionais, comissões de transporte, projeto do metropolitano, planos viários, livros sobre a história da cidade, documentos das administrações municipais, informações sobre a Comissão do Plano da Cidade, entre outros.

Uma segunda série passa pelos trabalhos desenvolvidos pelo engenheiro em momentos caracterizados por deslocamentos espaciais, como que “saídas estratégicas” do setor de urbanismo municipal para desenvolver trabalhos em outros lugares institucionais: principalmente todo o conjunto documental do Consórcio Técnico de Planejamento (COTEPLA), os convites e organogramas dos cursos de especialização em Engenharia de Tráfego ministrados, a apostila que elaborou para o curso de urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura, o livro sobre a Comissão de Localização e Sub-comissão de Planejamento Urbanístico de Vera Cruz, entre outros.

A terceira série foi totalmente organizada pelo próprio engenheiro a partir de documentos iconográficos, praticamente todo ele fotográfico. São os registros que José de Oliveira Reis produziu nos vários países que esteve durante sua vida profissional - outro grupo de registros fotográficos é totalmente dedicado ao Rio de Janeiro. Esta série documental não foi trabalhada no processo interpretativo.ⁱⁱ

Ainda em relação ao conjunto documento, é importante ressaltar que o conjunto documental organizado pelo engenheiro José de Oliveira Reis ao longo de sua trajetória profissional, não foi depositado em uma única Instituição. Todavia, não deixam de instituir-se com o mesmo caráter seriado-temático que os documentos do Arquivo Geral da Cidade, e se configuram com a seguinte especificidade temática: urbanismo. São os livros que compunham a biblioteca pessoal do engenheiro José de Oliveira Reis, e atualmente integram o acervo do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta série, especificamente pelas datas de aquisição pelo engenheiro - que praticamente assinava e datava todos os documentos -, demonstra como elas estão associadas aos deslocamentos espaciais que José de Oliveira

Reis realizou nos períodos em que esteve afastado do setor de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Fechando as séries documentais, constituídas também a partir outro arquivo pessoal do engenheiro, está o conjunto de documentos do Plano Diretor de Ribeirão Preto desenvolvido em 1945. Totalmente isolada das séries dos outros arquivos, inclusive espacialmente, pois, organizada no Fundo Arquivístico José de Oliveira Reis do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, é composta por cartas, fotografias, o plano propriamente dito, croquis das propostas de intervenção e o texto manuscrito da conferência “Urbanismo e sua Influência no Município”, que foi realizada por José de Oliveira Reis em 1955.

Uma série organizada de modo tal, que respaldou a necessária compreensão relacional destes dois eventos, quais sejam, o Plano Diretor de 1945 e a Conferência em 1955. Documentos que se completam e complementam e, mesmo que espacialmente distantes dos documentos que integram as séries documentais dos arquivos no Rio de Janeiro, são fundamentais à compreensão da trajetória profissional de José de Oliveira Reis, em particular daqueles deslocamentos espaciais por ele empreendido nesta trajetória.

Até aqui caracterizamos um conjunto importante de documentos que tem na pessoa do engenheiro José de Oliveira Reis o eixo central das informações, quando não o próprio organizador das informações. Outro eixo, que em determinados momentos está relacionado ao anterior, foi literalmente construído pelo próprio processo da pesquisa, portanto, antes mesmo daquela estruturação da narrativa. Por este eixo instituiu-se o que foi denominado de lugar profissional da engenharia e do urbanismo no Brasil.

A associação com ao eixo anterior, aquele centrado no profissional José de Oliveira Reis passa pela atuação do próprio engenheiro nesse contexto – lugar profissional -, pela interlocução por ele construída em artigos que escreveu e trabalhos que realizou ao longo das décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960. Interlocuções que se complementaram mediante levantamento de artigos, livros, planos urbanísticos, entre outros trabalhos, elaborados por profissionais brasileiros e estrangeiros durante as mesmas décadas e que foram publicados nas revistas especializadas.

Um levantamento que foi gerido por uma relação já mencionada, qual seja, a dos interlocutores do engenheiro, tanto na cidade do Rio de Janeiro, pela obviedade da determinação, como na cidade de São Paulo, pelos diálogos realizados especialmente com Anhaia Mello, ou ainda, com profissionais de outros países. Não se pretendeu, entretanto, uma construção totalizadora, mediante levantamento de todos os textos e planos. Novamente quem ofereceu o argumento para mapear tal conjunto documental foi José de Oliveira Reis, pelas referências editoriais de publicação dos seus próprios textos: as revistas, entre elas, a Revista da Diretoria de Engenharia, a Revista Municipal de Engenharia, Revista de Administração Municipal, Revista Brasileira de Engenharia.

Findada a compreensão de todo esse conjunto documental, suas especificidades e localizações, iniciou-se a estruturação da pesquisa propriamente dita, mediante articulação entre séries documental-temáticas instituídas, estas sim, *a posteriori* ao percurso pelos documentos. Neste percurso está delineado o processo inicial de construção da narrativa, que foi a escrita da trajetória profissional do engenheiro José de Oliveira Reis. Entre a imersão nos documentos existentes - destituída de pré-concepções ou chaves interpretativas acabas -, e a escrita, instituiu-se uma ordem serial-documental inerente ao processo de construção do objeto.

No conjunto, esta ordem serial-documental – que é formada por quatro séries temáticas - delineou um campo circunscrito de interpretação definido pela pergunta inicialmente elaborada: que é o Urbanismo no Brasil na interlocução do engenheiro José de Oliveira Reis? A resposta, que é a construção narrativa em si, procurou empreender um procedimento particular e inerente ao percurso da escrita “Micro-Histórica Italiana”, porém, sem nenhuma pretensão de inclusão da pesquisa entre os trabalhos micro-históricos. Apenas um percurso que se pretendeu estruturado na segunda característica da narrativa apresentada por Giovanni Levi, no artigo “Sobre a micro-história”:

“é aquela de incorporar ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária do discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva (...) O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não-iniciado” (LEVI, 1992, p.153).

A primeira série documental tem como matriz geradora o acervo de José de Oliveira Reis locado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Foi denominada de *Série Administrativa*. São os documentos que perpassam o cotidiano das administrações municipais no Rio de Janeiro, cartas, ofícios, documentos sobre a estrutura municipal criada para o trabalho urbanístico, pareceres, algumas legislações urbanísticas; portanto, o cotidiano profissional do engenheiro José de Oliveira Reis, seus interlocutores e trabalhos realizados. Uma série que perpassou as décadas de 1930/40/50/60.

Uma segunda série documental também tem o acervo do Arquivo Geral da Cidade, mas não só, como matriz geradora. Denominada de *Série Engenheiro-Urbanista*, foi organizada em duas sub-séries. Uma que congrega os trabalhos que realizou durante os vários deslocamentos espaciais que marcaram sua trajetória profissional – a Comissão de Obras Novas de Abastecimento de Águas de São Paulo em 1926, Plano Diretor de Ribeirão Preto em 1945, Plano Urbanístico de Vera Cruz, Plano Urbano da Base Naval de Aratú em 1952,

Comissões Técnicas no Clube de Engenharia. A outra congrega os trabalhos que perfazem a construção do seu pensamento urbanístico – os vários artigos sobre sistema viário, sistema hidrológico, urbanismo e planejamento urbano, sua biblioteca sobre urbanismo e planejamento urbano, patrimônio, engenharia de tráfego, administrações municipais, aulas, conferências, congressos e viagens.

As duas sub-séries não foram, entretanto, pensadas isoladamente uma da outra, pois, circunscrita à mesma pessoa, ao mesmo profissional, cujos deslocamentos espaciais geram, e são gerados, numa relação de reciprocidade, da/pela construção do seu pensamento urbanístico. A estrutura da *Série Engenheiro-Urbanista* foi construída, além da pesquisa no Arquivo Geral da Cidade, pelo levantamento na Biblioteca do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Arquivo do Estado de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Biblioteca do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

A terceira foi identificada como *Série Pensamento Urbanístico*. Por ela se construiu o que foi denominado de contexto profissional da engenharia e urbanismo no Brasil; o lugar profissional da engenharia na construção do urbanismo: artigos de revistas e livros sobre urbanismo, planejamento urbano, ensino do urbanismo, comissões de planos, seus interlocutores, tais com Armando de Godoy e Anhaia Mello no Brasil, Gaston Bardet, Thomas Adams e Le Corbusier, planos urbanísticos como o Plano de Avenidas para São Paulo, Plano Agache para o Rio de Janeiro, Economia-Humanismo e a SAGMACS.

Por fim, uma série muito particular e que perpassa todas as outras, pois articulam os trabalhos do engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis, o contexto profissional da engenharia e urbanismo no Brasil e as próprias discussões sobre o urbanismo e as administrações municipais com o desfecho do Estado Novo: *Série Municipalismo*. Esta série apresenta uma relação fundamental com o movimento profissional do engenheiro José de Oliveira Reis, pois associada à consolidação do pensamento urbanístico dele. Sua aproximação com as problemáticas municipais, com a Associação Brasileira de Planejamento e com o próprio Movimento Municipalista são profícuos nesse sentido; especialmente a partir do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros em 1950, e sua reflexão na palestra realizada em Ribeirão Preto no ano de 1955.

Numa pesquisa totalmente centrada na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Administração Municipal foi possível levantar um conjunto documental importante sobre o municipalismo propriamente dito: os Congressos Brasileiros de Municípios, as Cartas Municipalistas, artigos sobre a relação planejamento urbano-municipalismo. Portanto, uma séria atrelada à construção da hipótese sobre a formação-construção do urbanista José de Oliveira Reis no processo de formação do urbanismo e sua institucionalização nas administrações municipais.

E foi justamente no trânsito pelas sérias, assim como, na relação entre elas – *Administrativa, Engenheiro-Urbanista, Pensamento Urbanístico e Municipalismo* -, desde a compreensão sobre as características de identidade de cada novo documento, assim como sua inserção à um determinada série, que se definiu uma estratégia de estruturação da narrativa. O texto resultante desta pesquisa documental foi construído mediante os estranhamentos que cada documento gerou, em relação ao documento anterior, ao documento posterior, ao conjunto de sua série documental e das outras séries, sempre pautada pela categoria relacional de reflexão. Nesse sentido, as perguntas e reflexões que ao longo da narrativa foram realizadas estão intimamente relacionadas às problemáticas geradas pelos documentos, pelos eventos, pelas respostas que nosso interlocutor ia produzindo a cada nova indagação. Movimento que descolou a narrativa da temporalidade cronológica, da temporalidade do vivido em sua linearidade cotidiana para o campo da construção história, instituída na relação entre os vestígios e aquela pergunta inicial que orientou a interpretação desses mesmos vestígios.

A resultante estrutural do trabalho, após todo esse movimento pelos documentos e séries temáticas, foi definida na organização do texto em duas partes articuladas em três tópicos. Os dois primeiros tópicos integram a primeira parte do trabalho. Eles foram organizados pelo eixo central da atuação do engenheiro-urbanista José de Oliveira Reis como funcionário do setor de urbanismo da Prefeitura Municipal do no Rio de Janeiro, entre 1933 e 1966.

O *primeiro tópico* foi centrado na interpretação do processo de formação do urbanista José de Oliveira desde sua inserção na estrutura administrativa, em 1933 – incluindo os movimentos profissionais que antecederam essa inserção, e que foram decisivos na sua compreensão dos chamados “problemas urbanos”, principalmente pelo trabalho na Comissão de Obras Novas de Abastecimento de Águas de São Paulo entre 1926 e 1928 -, passando pela análise do contexto de institucionalização do urbanismo mediante implementação da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro em 1937. Uma implementação interpretada como processual e relacional ao movimento anteriormente realizado em outras Comissões à época da Diretoria de Engenhariaⁱⁱⁱ, que fora desdobrada em *Directoria de Obras Públicas* (ver figura 1) e *Directoria de Fiscalização de Obras e Instalações*, conforme decreto n. 6040 de 18 de agosto de 1937.

Entre as várias comissões municipais, a da *Carta Cadastral* e a do *Código de Obras*, ambas na gestão Alaor Prata (1922 e 1926). Ou ainda, a Comissão criada e presidida pelo próprio prefeito Prata, de *Estudo e Confecção do Plano da Cidade*, ainda que não tenham significado a institucionalização do urbanismo na administração municipal, que ocorreria (do ponto de vista jurídico e organizacional), com a Comissão do Plano da Cidade, criada pelo Decreto n. 6092 de novembro de 1937^{iv}. Se juridicamente e como setor da administração municipal, apenas na gestão do Prefeito Henrique Dodsworth em 1937, um processo que

deve ser entendido como relacional e não restrita a essa ou aquela Comissão (ou mais especificamente à década de 1930, quando da criação da Comissão do Plano da Cidade pelo Decreto n. 6092), mas um conjunto de experiências que informam procedimentos políticos e intelectuais dos agentes e atores envolvidos.

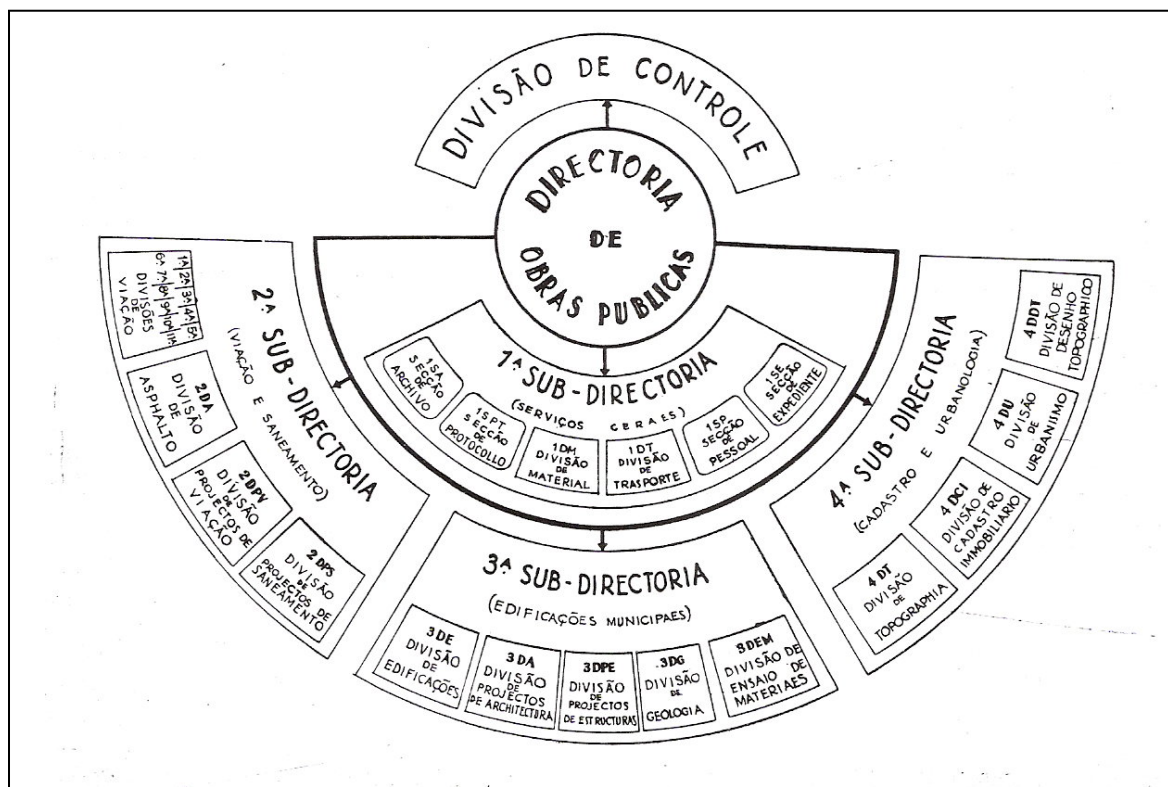


Figura 1. Organograma da Diretoria de Obras Públicas realizada após a oficialização do Decreto N. 6040 de 18 de agosto de 1937. Atentar para a nomenclatura da 4ª Sub-Directoria: “cadastro e urbanologia” e sua Divisão de Urbanismo. Publicado na Revista Municipal de Engenharia, novembro de 1937, p.415.

Para reforçar tanto a possibilidade quanto a necessidade de apreensão dessa institucionalização como processo temporal não restrito à década de 1930, a própria administração Alair Prata produziu outro fato importante: criação da *Comissão de Construção e Zoneamento*, que segundo Lucia Silva, conseguiu produzir uma legislação através do Decreto 2.087 de 19/01/1925, considerado pela autora o primeiro código de obras do Rio de Janeiro (SILVA, 2003, p.63).

É ainda Lucia Silva quem oferece interpretação valorosa sobre a gestão Alair Prato e a atuação da Comissão do Plano por ele criada, principalmente ao reconhecer na criação dessa e das outras comissões, a possibilidade de aglutinação dos profissionais engenheiros atuantes no Distrito Federal, na década de 1920. Não deixa, porém, de elucidar, segundo sua perspectiva de análise, que essa Comissão do Plano não cumpriu seu objetivo, o de implementar um plano na gestão Alair Prato:

“A constituição da comissão do plano, mesmo que na prática não tenha conseguido realizar objetivamente nada, pelo menos conseguiu aglutinar os profissionais que tinham os problemas da cidade como objeto de investigação. Foi nessa nova conjuntura que Prado Junior convidou Agache para vir ao Brasil” (SILVA, 2003, p.68-69)

Todavia, convite que provocou reações contrárias. Ainda assim, em meio a reações de oposição e apoio à proposta de contrato com Agache, Prado Junior (1926-1930) conseguiu os recursos para providenciar a vinda do urbanista ao Rio de Janeiro. Entre 1927, quando chegou ao Brasil, e 1930, quando entregou o *Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro*, as disputas no campo profissional tornaram-se acirradas, incluindo críticas sobre eventual plágio que Agache teria cometido de projeto dos arquitetos Ângelo Bruhns e José Cortez.

Entidades como o Clube de Engenharia apoiaram a decisão do prefeito Prado Júnior. A Escola Politécnica não se manifestou, outras se opuseram, como o Instituto Central dos Arquitetos (SILVA, 2003). Adolfo Bergamini (1930-1931), sucessor de Prado Júnior na prefeitura, apresentou oposição em relação à contratação de um estrangeiro, ainda que favorável à confecção do plano. Tanto que em 1931 determinou a criação de uma *Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro*, mesmo que diversamente da proposta contida no Plano Agache, que deveria ser “um departamento permanente que cuidaria dos problemas da cidade” (SILVA, 2003, p.104).

Todavia, independentemente das reações ou orientações expostas, o *Plano Agache* é momento ímpar no movimento pela institucionalização do urbanismo na administração do Rio de Janeiro, quiçá no país todo. Não é, por outro lado, um movimento único, já que também em 1930, Prestes Maia publicou o *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. Contudo, mesmo contemporâneos, os dois planos ocupam lugares distintos na institucionalização do urbanismo nas administrações municipais, menos, porém, relacionados às suas proposições ou orientações teóricas.

A distinção ocorre não por eles, mas pelos movimentos particulares que caracterizaram a institucionalização do urbanismo em São Paulo e Rio de Janeiro. Particularidades marcantes na criação dos Departamentos de Urbanismo no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente em 1945 e 1947, possivelmente também associadas à criação nessas cidades, em 1937, de Comissões do Plano da Cidade: no Rio de Janeiro pelo Decreto N. 6092 do poder executivo, em São Paulo, pela Lei Municipal 3611 do poder legislativo.

As particularidades destes processos não são perceptíveis apenas na origem institucional-política de cada Comissão do Plano da Cidade (uma pelo Prefeito, outra pela Câmara Municipal). Uma particularidade fundamental recai na esfera do próprio saber, do urbanismo, ou ainda, na relação entre as discussões e proposições urbanísticas e os profissionais que

atuavam nas administrações municipais. O *Plano de Avenidas para São Paulo* integra um processo já institucionalizado na administração municipal, desde a criação, em 1925, da *Seção de Cadastro e Urbanismo*. Segundo Sarah Feldman, “com a incumbência de elaborar o plano geral, organizar o cadastro, fixar e fiscalizar alinhamentos e nivelamentos, e tratar de todas as questões referentes ao problema do Urbanismo” (FELDMAN, 2005, p.41).

Processo resultante das atividades do engenheiro Victor da Silva Freire, entre 1910 e 1920, à frente da Diretoria de Obras da Prefeitura de São Paulo, assim como, da continuidade dessas ações empreendidas por João d’Ulhoa Cintra ao promover nova organização administrativa em 1931. Neste ano, momento em que Anhaia Mello assumiu a Prefeitura de São Paulo, Ulhoa Cintra desdobrou a *Secção de Cadastro e Urbanismo* em duas específicas: *de Cadastro* e *de Urbanismo*. Nesse sentido, em São Paulo, os engenheiros municipais produziram, já na década de 1920, a instauração das discussões sobre o urbanismo na organização administrativa mediante aprovação de legislação específica. Discussões e produções endógenas e que segundo Feldman,

“espelham concepções assumidas e defendidas pelos técnicos da prefeitura e presentes em estudos e planos (...) ou seja, há uma linearidade no processo de construção do pensamento urbanístico (...) que é gestado no interior da administração e que é, gradativamente, incorporado na estrutura organizacional da administração municipal” (FELDMAN,2005, p.43).

O *Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro*, pela relação com profissional estrangeiro, caracterizou-se por um processo inicialmente exógeno. O Plano elaborado por Agache se instaura como ruptura num contexto de inexistência de processo oficial-legal de institucionalização do urbanismo no poder público. Apenas a ocorrência de algumas instâncias para discutir um Plano para a cidade, formadas sim por profissionais da prefeitura, mas sem respaldo legislativo, como ocorreu em São Paulo pela lei que criou a *Seção de Cadastro e Urbanismo*. O Plano Agache não foi produzido num contexto de contínua reestruturação da organização municipal, como foi o Plano de Avenidas; o Plano Agache foi o que gerou um contexto favorável de institucionalização do urbanismo na prefeitura, mesmo com as críticas e oposições de toda ordem ao seu contrato e trabalho.

São, portanto, dois planos urbanísticos distintos, incorporados também de forma diversa na administração municipal. O Plano de Avenidas representa a ação do poder executivo municipal, pois colocado em prática pelo próprio autor, Prestes Maia, quando assumiu a prefeitura em 1938. Diferentemente, Alfred Agache, responsável técnico pelo *Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento do Rio de Janeiro* não teve participação direta no momento da implementação das propostas sugeridas, ou de parte delas, a partir de 1937/38.

Na *Comissão de Elaboração do Plano da Cidade*, criada pelo Decreto N. 6092, Alfred Agache foi apenas referência autoral-intelectual de um conjunto de proposições presentes no plano. E, talvez, uma referência mais relacionada com sua interlocução com Armando de Godoy e outros engenheiros, que em função do próprio plano. Isso porque, para o prefeito do Distrito Federal durante o Estado Novo - Henrique Dodsworth – “nunca houve plano Agache. Houve apenas esboço de planos de urbanização sistemático da Cidade, elaborado pelo ilustre arquiteto-urbanista, de 1928 a 1930” (DODSWORTH, 1943, p.3).

Nesse movimento organizacional dos setores de urbanismo e obras, também como um claro processo de disputas intelectuais e políticas, é importante uma consideração específica sobre as palavras utilizadas para definir (ou conceituar) o processo em si de especialização do setor público municipal do Rio de Janeiro no contexto de criação das duas principais instituições de urbanismo do século XX: a Comissão do Plano da Cidade em 1937 e sua relação com criação do Departamento de Urbanismo em 1945. No caso, conforme fluxograma acima (figura 1) da Diretoria de Obras Públicas, particularmente a palavra *Urbanologia*.

Urbanologia – conceito que pode significar o estudo da área urbana do município - foi a resposta que a administração municipal (prefeito Henrique Dodsworth-1937 e 1945) ofereceu aos questionamentos sobre a inexistência de ordenação urbanística do Rio de Janeiro. Ainda que pelo Decreto n.6040 uma resposta baseada na reestruturação da administração municipal, e só a partir da institucionalização da Comissão do Plano da Cidade (Decreto n. 6092), com uma resposta no campo da intervenção urbanística, particularmente intervenção no sistema viário. *Urbanologia* foi o termo empregado para caracterizar, juntamente com *Cadastro*, as atividades da 4ª *Sub-Directoria da Directoria de Obras Públicas* do Distrito Federal. *Cadastro e Urbanologia* estavam organizados, assim como as outras três *Sub-Directorias*, em divisões técnicas; no caso, a Divisão de Topografia, de Cadastro Imobiliário, de Urbanismo e Desenho Topographico. Organização que aponta áreas fundamentais de atuação administração municipal em processo de (re)formulação nos meses iniciais sob os auspícios do Estado Novo: a primeira *Sub-Directoria* possuía caráter organizacional-administrativo, as outras três definiam as áreas: sistema viário e saneamento; produção das edificações públicas; a problemática dos planos urbanos, passando pela topografia e cadastro dos imóveis urbanos.

No caso da atuação profissional do engenheiro José de Oliveira Reis, uma clara relação entre os problemas do sistema viário municipal e as respostas para estes problemas construídos pelo urbanismo estruturado no lugar profissional da engenharia. O que não elimina a necessidade de pensar a Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro como uma variável no processo de institucionalização do urbanismo na administração municipal.

Não a única e, como mencionado, necessariamente relacionada com experiências anteriores à que foi realizada a partir da gestão de Henrique Dodsworth no Estado Novo.

O *segundo tópico* está inicialmente pontuado pela mudança organizacional da estrutura administrativa do setor de urbanismo, e se efetiva pela transformação da Comissão do Plano da Cidade em Departamento de Urbanismo, no ano de 1945. Estruturado também na trajetória profissional de José de Oliveira Reis como funcionário da Prefeitura do Rio de Janeiro, esta parte delinea uma interpretação sobre a contínua construção do setor do urbanismo, passando também pela interlocução entre a engenharia e a arquitetura moderna, entre José de Oliveira Reis e Eduardo Affonso Reidy, ambos diretores do mesmo Departamento de Urbanismo e períodos distintos e intercalados.

Também fundamental neste segundo tópico é a explícita aproximação de José de Oliveira Reis como Movimento Municipalista Brasileiro, e como esta relação revelou um processo de construção contínua do seu pensamento urbanístico. Um processo permanente de compreensão dos problemas urbanos das cidades brasileiras, da necessária relação entre a escala intraurbana^v e regional de planejamento, como fatores determinantes das ações sobre os municípios estruturadas pela lógica da cooperação intermunicipal e do planejamento regional.

A parte final deste segundo tópico não perde, no entanto, o eixo de interpretação sobre o sistema organizacional municipal do setor de urbanismo. O texto se fecha na análise de duas instâncias de discussão sobre as questões urbanísticas que foram criadas no Rio de Janeiro: a Superintendência de Urbanização e Saneamento e a Divisão de Engenharia de Tráfego. Esta absolutamente relacionada ao trabalho que José de Oliveira Reis empreendeu na administração municipal para se pensar o problema do tráfego, como um problema de planejamento urbano.

O *terceiro tópico* encerra uma discussão sobre os trabalhos que José de Oliveira Reis desenvolveu em momentos marcados pela sua ausência no cargo de direção do setor de urbanismo do Rio de Janeiro; como que operando “deslocamentos espaciais” de atuação nos momentos em que o Departamento de Urbanismo estava sob a direção de Eduardo Affonso Reidy, como anteriormente mencionado. São trabalhos realizados em lugares institucionais externos à administração municipal do Rio de Janeiro, tanto em instâncias particulares como o Consórcio Técnico de Planejamento (COTEPLA), ou instâncias públicas, entre elas a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, a Subcomissão de Planejamento Urbanismo de Vera Cruz – Futura Capital do Brasil, e a Faculdade Nacional de Arquitetura.

O caso de Ribeirão Preto contém uma particularidade que o difere dos outros “deslocamentos” que empreendeu. Foram atividades realizadas em dois momentos distintos, porém, ambos relacionados ao contexto da sua trajetória profissional: 1945, para

elaborar o Plano Diretor de Ribeirão Preto – época em que ainda chefiava a Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro -, e 1955, para ministrar a palestra “Urbanismo e sua Influência no Município”. São trabalhos cuja análise transita tanto na primeira quanto na segunda parte do estudo sobre sua trajetória profissional, pois, justamente focada na interpretação do processo de construção do seu pensamento urbanístico ao longo das décadas de 1940 e 1950 - esta ao estabelecer aquela aproximação com o Movimento Municipalista, e que estará retratada na própria palestra em 1955.

Para Uma Breve Consideração Final

Por fim, deve-se salientar que independentemente da parte do trabalho escrito integral resultante da pesquisa, se a primeira ou a segunda, um eixo de interpretação perpassou todo o texto, todos os trabalhos relacionados ao percurso profissional de José de Oliveira Reis. Ele está definido pelo interesse em compreender o processo de institucionalização do urbanismo nas administrações municipais, e a própria prática do urbanismo. O que em si define um caminho interpretativo que não tem na depuração dos planos urbanísticos, dos desenhos, das soluções adotadas, o foco central de análise.

Este eixo interpretativo passou fundamentalmente pela análise dos processos administrativos de construção da institucionalização do urbanismo nas prefeituras. São os Decretos, as Leis e o que resultou desses instrumentos jurídico-administrativos, os seja, as Diretorias de Obras, as Comissões de Plano da Cidade, os Departamentos de Urbanismo, as Superintendência de Urbanização, entre outras. E mais ainda, o que estes mesmos Decretos e Leis conferiram a cada um dos lugares institucionais de prática do urbanismo, especialmente as estruturas organizacionais destes lugares e suas funções no exercício cotidiano do urbanismo, a prática em si.

Um eixo que permite afirmar, por exemplo, que a instituição jurídico-administrativa da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, em 1937, não foi um ato isolado e desvinculado de todo um processo de discussão anterior sobre os problemas urbanos do Rio de Janeiro. Assim como este mesmo processo relacional foi o que produziu o Departamento de Urbanismo, a partir da referida Comissão, ao qual estavam vinculados vários profissionais, muitos atuantes nas Comissões anteriores à de 1937.

Entender esta lógica pela interlocução de José de Oliveira Reis, pelo que é possível construir dela, mediante análise dos vestígios da sua presença profissional neste longo processo, está na base da pergunta central do estudo. José de Oliveira Reis ocupou por vários anos seguidos, ou intercalados com Eduardo Affonso Reidy, o cargo diretivo do setor de urbanismo no Rio de Janeiro. Ele esteve no centro institucional e profissional das

discussões que produziram os Decretos e as Leis que institucionalizaram o urbanismo no Brasil, particularmente no Município do Rio de Janeiro.

Os documentos de toda sua vida profissional que atualmente integram o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, especialmente os que trazem informações das administrações que serviu, explicitam a preocupação de um profissional com esta institucionalização. A preocupação de um profissional que acreditava na instrumentalização das administrações municipais, para efetivamente praticarem aquilo para o qual dedicou sua vida como funcionário público: o urbanismo.

Dedicaria ainda um conjunto importante de estudos sobre o Rio de Janeiro, que foram iniciados em 1965. Por praticamente outras três décadas, até 1992, desenvolveu um trabalho de pesquisa e escrita sobre a história urbanística e administrativa do Distrito Federal e do Estado da Guanabara. Um trabalho certamente delineado no campo da *autobiografia profissional*, mesmo que implicitamente e com raríssimas enunciações sobre si na parte dos estudos sobre as administrações municipais do Rio de Janeiro entre 1933 e 1966 (a partir de 1960, com a mudança do Distrito Federal, na atuação como funcionário do Estado da Guanabara). Trabalho construído mediante recortes interessados de construção histórica que definimos como *Historiógrafo*.

O Historiógrafo José de Oliveira Reis ainda não foi estudado. Sua própria concepção sobre o que foi o urbanismo e as administrações municipais no Rio de Janeiro, explicitado nos vários trabalhos que publicou ainda não foi interpretada. Uma possibilidade de pesquisa que deverá passar pelo que implicitamente está neste trabalho integrado a certa dimensão autobiográfica como profissional das administrações que “historiografou” como *Historiógrafo*. Neste breve texto, o interesse está mesmo é centrado naquilo que foi enunciado no título: *fontes, métodos e questões* relacionadas ao processo interpretativo da trajetória profissional do engenheiro José de Oliveira Reis no contexto de institucionalização do urbanismo nas administrações municipais brasileiras - particularmente do município do Rio de Janeiro -, a partir do seu acervo documental. Como que uma pesquisa construída mediante análise *intradocumental*, pelo que este pressuposto (*análise intradocumental*) explicita sobre os procedimentos metodológicos de uma pesquisa sobre a atuação profissional de um engenheiro-urbanista brasileiro que atuou profissionalmente entre 1926 e 1992. Um engenheiro que nasceu em Ribeirão Preto-Estado de São Paulo, mas adotou a cidade do Rio de Janeiro para viver e trabalhar, desde sua formação como engenheiro-geógrafo na Escola Politécnica na “Turma de 1925”.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Vavy Pacheco. “Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brune-Siell, uma vida (1870-1940). In: “Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível / Organizadoras: Bresciani, Maria Stella M. e Naxara, Márcia. Campinas: EDUNICAMP, 2004.
- DODSWORTH, Henrique. “Problema da Cidade”. In: Revista Municipal de Engenharia, janeiro de 1943.
- FELDMAN, Sarah. “Planejamento e Zoneamento. São Paulo: 1947-1972”. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2005.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: A escrita da História: novas perspectivas. Burke, Peter, organizador. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- SILVA, Lucia Helena Pereira. “História do Urbanismo no Rio de Janeiro – administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas”. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003.
- VEYNE, Paul. “Como se Escreve a História”. Lisboa: Edições 70, 1983.
- VEYNE, Paul. “O Inventário das Diferenças”. Lisboa: Gradiva, 1989.

ⁱ E defendida como tese de Doutorado em História no Departamento de História do IFCH-UNICAMP em 2007, na Linha de Pesquisa *Cultura, Cidade e Patrimônio*.

ⁱⁱ Em função da necessidade de pagamento por direito autoral/direito de imagem que o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro passou a cobrar, inviabilizando o trabalho com as imagens, pelo elevado custo que a aquisição acarretaria

ⁱⁱⁱ Conforme documento publicado na Revista Municipal de Engenharia (RME) de novembro de 1937, “A Directoria de Engenharia, outrora Directoria Geral de Engenharia, que por suas vez sucedeu a antiga Directoria Geral de Obras e Viação quando da reforma de 30 de janeiro de 1932 (Decreto n. 3.759), era, certamente, uma das repartições municipais cujas atribuições abrangiam um campo vastíssimo e de grande importância (...) Assim, com a reforma havida em 1932, nasceram novos serviços especializados tais como o de Geologia e Sondagens, o de Ensaio de Materiais, de transporte, etc.” (RME, novembro de 1937, p.415)

^{iv} O Decreto N. 6092, de 8 de Novembro de 1937 foi publicado na Revista Municipal de Engenharia, janeiro de 1938.

^v Trabalho atualmente com outra categoria, a intramunicipal, por considerar a uma idéia-conceito de intraurbana pouco explicativa para as condições da urbanização no século XXI, e que pode ainda remeter à não mais possível dicotomia cidade-campo. Mantemos o conceito intraurbano por esse o contexto dos debates urbanísticos nas décadas de atuação do engenheiro José de Oliveira Reis